



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH

CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS TRANSFRONTEIRIÇOS

GRUPO DE DISCUSSÃO SOBRE DIRETRIZES PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS TRANSFRONTEIRIÇOS

NOTA INFORMATIVA

1. Apresentação

1. A elaboração de diretrizes para gestão de recursos hídricos transfronteiriços consiste em ação incluída no Plano de Trabalho da CTGRHT desde 2007. Na 39ª. Reunião da CTGRHT, foi ressaltada a necessidade de se iniciarem as discussões sobre o tema. Foi acordado, na 42ª Reunião, que inicialmente seria realizada uma discussão por pequeno grupo informal de membros da CTGRHT, o qual providenciaria um esboço de documento síntese. Tal documento, por sua vez, serviria de subsídio para discussão mais ampla e gradual.

2. O grupo de discussão foi criado na 43ª Reunião da CTGRHT, e se reuniu pela primeira vez no dia 16/04/2008, em Porto Alegre/RS. A fim de elaborar as diretrizes, foi ressaltada a necessidade de que os membros do grupo de discussão utilizem o Plano Nacional de Recursos Hídricos como material de consulta. Na primeira reunião, buscou-se delimitar o escopo das diretrizes, elencando os temas a serem abordados pelo Grupo de Discussão, assim como materiais a serem disponibilizados pelos participantes. Decidiu-se, ademais, pela realização de um segundo encontro, o qual teve lugar em Brasília no dia 30/06/2008.

3. No segundo encontro, os participantes apresentaram os materiais supracitados e buscaram indicar alguns temas a serem considerados inicialmente, os quais foram consolidados (Anexo I) em terceira reunião (Brasília, 13/05/2009), juntamente com o texto da presente Nota Informativa, a ser apresentada na próxima reunião da CTGRHT.

2. Antecedentes

4. Em função da importância das águas transfronteiriças, foi criada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) a Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços, por meio da Resolução n.º 10, de 21 de junho de 2000 (publicada no DOU de 26 de junho de 2000 e alterada pela Resolução n.º 73, de 14 de junho de 2007). De acordo com seu art. 2º, são competências da Câmara Técnica:

- I - propor mecanismos de intercâmbio técnicos, legais e institucionais entre países vizinhos, nas questões relacionadas com gestão de recursos hídricos;
- II - analisar e propor ações conjuntas visando minimizar ou solucionar os eventuais conflitos;
- III - propor diretrizes para gestão de recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços (Resolução CNRH n.º 73);
- IV - discutir os problemas visando desenvolver ações e implementar soluções comuns, buscando otimização e alocação de recursos humanos e financeiros;
- V - propor ações mitigadoras e compensatórias; e
- VI - as competências constantes do Regimento Interno do CNRH e outras que vierem a ser delegadas pelo seu Plenário.

5. Como é possível notar, a Resolução n.º 73 do CNRH ratifica a competência da CTGRHT para propor diretrizes para gestão de recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços. Mesmo antes, com o propósito de identificar demandas e situações reais que subsidiassem a elaboração de diretrizes para a gestão de recursos hídricos transfronteiriços, os membros da CTGRHT, muito dos quais atuando em processo de gestão de águas transfronteiriças, estabeleceram como uma das metas a partir de 2001, apoiar a realização de reuniões regionais em sub-bacias hidrográficas com águas transfronteiriças. Estas reuniões foram e continuam a ser programadas desde 2003 de acordo com as demandas regionais, onde existam iniciativas implementadas por organismos de bacias hidrográficas, consórcios intermunicipais, movimentos sociais, agências regionais e governos estaduais. Listam-se abaixo seminários em que participaram membros da CTGRHT, assim como reuniões da Câmara ocorridas em regiões de fronteira:

- Seminário Internacional - Gestão Integrada da Bacia Transfronteiriça do Rio Apa - 10 a 12 de setembro de 2003 em Bela Vista, Mato Grosso do Sul (motivado para promover a implementação da Moção n. 14/2002 ; Documento final: Recomendações para a construção da gestão integrada da bacia hidrográfica do Rio Apa)
- Realização da 18ª reunião da CTGRHT em uma Bacia de Águas Transfronteiriças - 12 de setembro de 2003 em Bela Vista, Mato Grosso do Sul.
- Workshop - Gestão Integrada de Recursos Hídricos Transfronteiriços na Fronteira Brasileiro-Uruguia - 17, 18 e 19 de dezembro de 2003 em Pelotas, Rio Grande do Sul.

- Realização da 20ª reunião da CTGRHT em Pelotas, Rio Grande do Sul
- Seminário Ações Estratégicas para a Gestão Integrada e Transfronteiriça da Bacia do Alto Paraguai – 21 a 23 de julho de 2004 em Corumbá, Mato Grosso do Sul.
- Realização da 24ª reunião da CTGRHT em Corumbá, Mato Grosso do Sul. Instalação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Sustentável e Gestão Transfronteiriça e Compartilhada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa.
- Oficina: Aspectos legais e ações estratégicas para a Gestão da Bacia Trinacional do Alto Rio Acre - 10 de maio de 2006 em Epiaciolândia, Acre.
- I Encontro Trinacional para a Gestão das Águas Transfronteiriças (Argentina, Brasil e Paraguai)- 3 a 6 de junho de 2007, Foz do Iguaçu, Paraná
- Realização da 40ª reunião da CTGRHT em Foz do Iguaçu, Paraná - 6 de junho de 2007.
- Realização de apresentações relativas às iniciativas relacionadas com a Moção CNRH nº 29 e ações de gestão de recursos hídricos na região do Rio do Grande do Sul – 17 e 18 de abril de 2008, Uruguiana, Rio Grande do Sul.
- Realização da 44ª reunião da CTGRHT em Uruguiana, Rio Grande do Sul
- Realização do Encontro Técnico Brasil-Paraguai para a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa – 4 a 6 de agosto, em Ponta Porã, Mato Grosso do Sul
- Realização da 45ª reunião da CTGRHT em Ponta Porã, Mato Grosso do Sul.

6. Ao longo do período de funcionamento da CTGRHT, tanto em função de demandas regionais como de demandas oriundas dos eventos mencionados no item anterior, algumas moções e uma resolução foram desenvolvidas pela CTGRHT:

- Moção nº 09, de 14 de março de 2002 – Solicita ações com vistas a enfrentar a poluição, decorrente da falta de saneamento, da bacia do Rio Quaraí, na fronteira do Brasil com o Uruguai.
- Moção nº 14, de 11 de dezembro de 2002 – Solicita ações relativas aos problemas existentes na bacia do Rio Apa (discutida no Seminário realizado em Bela Vista (MS) em 2003, que deu origem ao GT da Bacia do Rio Apa e subsidiou a negociação do Acordo de Cooperação Brasil-Paraguai para a Gestão da Bacia do Rio Apa)
- Moção nº 29, de 29 de outubro de 2004 - Recomenda a implantação de Projeto Piloto de Gestão Integrada e Sustentável de Recursos Hídricos e Ambiental nas Bacias Transfronteiriças da Lagoa Mirim e do Rio Quaraí. (o CERH/RS aprovou os Comitês de Bacias Hidrográficas em Rios de Domínio do Estado e que são afluentes da região objeto do Tratado da Lagoa Mirim-São Gonçalo e do Rio Quaraí)

7. Destaque-se, finalmente, a publicação de um Glossário de Termos Referentes à Gestão de

Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços, cuja segunda edição foi publicada em 2009, e a elaboração de Listagem de Acordos e Tratados Internacionais sobre Água e Meio Ambiente.

3. Justificativa

8. A gestão das águas tem sido uma questão cada vez mais importante no âmbito internacional. Nesse tema, a gestão dos recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços tem papel extremamente relevante: em todo o mundo, há mais de 200 bacias hidrográficas que banham mais de um país. Já em 1975, um estudo da Organização das Nações Unidas (ONU) as contabilizava em número de 163. Tais bacias ocupam área correspondente a 47% da superfície terrestre (excluída a Antártida) e abrigam cerca de 40% da população mundial. Ademais, 44 países possuem ao menos 80% de seu território no interior dessas bacias. Destes, 20 encontram-se na África, 7 na Ásia, 13 na Europa e 4 na América Latina. Dados mais recentes apontam para a existência de 263 bacias que banham dois ou mais países, cada qual com realidades e dinâmicas diferentes. A gestão de recursos hídricos transfronteiriços tende a refletir tal diversidade, o que é demonstrado pela preferência por acordos específicos para cada rio ou bacia, em detrimento de convenções globais de caráter mais geral.

9. Para o Brasil, a questão dos recursos hídricos tem caráter estratégico. Detentor de cerca de 12% da água doce do planeta, o País tem grande parte de suas fronteiras definidas por rios. De acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA), há no Brasil 83 rios fronteiriços e transfronteiriços, em áreas com grande diversidade geográfica e institucional. O País possui diversas bacias hidrográficas e aquíferos com águas fronteiriças e transfronteiriças: há aproximadamente 74 sub-bacias da Bacia Amazônica e do Prata. Ademais, 60% do território brasileiro coincide com bacias de rios transfronteiriços, sendo elas: Bacia Amazônica, Bacia Platina, Bacia da Lagoa Mirim, Bacia do Chui e Bacia do Oiapoque.

10. Dadas as especificidades dos recursos hídricos transfronteiriços, é necessário que seu tratamento leve em conta o arcabouço jurídico e institucional tanto do âmbito interno quanto do internacional. No âmbito interno, a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433 de 8 de janeiro de 1997) não se estende sobre o processo de gestão da parte brasileira das águas transfronteiriças, especialmente no que tange à criação, à instalação e ao funcionamento de organismos de bacias nestas regiões. A única referência expressa a tal matéria encontra-se no Artigo 39, parágrafo 2º, da mencionada lei, no tema relativo a representação nos comitês de bacias hidrográficas, o qual estabelece: “Nos Comitês de Bacia hidrográfica de bacias de rios fronteiriços e transfronteiriços de gestão compartilhada, a representação da União deverá incluir um representante do Ministério das Relações Exteriores.”

11. O SINGREH no Brasil possui como integrantes o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (instância máxima), a Agência Nacional de Águas (responsável pela implementação da PNRH), conselhos de recursos hídricos dos Estados e DF, Comitês de Bacias Hidrográficas (criados para a totalidade da bacia hidrográfica; sub-bacia de tributário de curso de água principal, ou tributário desse tributário; e grupo de sub-bacias hidrográficas contíguas), órgãos dos poderes público federal, estadual, do DF e municipal cujas competências se relacionem à gestão de recursos hídricos. A criação deste complexo sistema em um país continental como o Brasil se deve ao federalismo reafirmado na Constituição Federal de 1988 e ao princípio da subsidiariedade presente na Política Nacional de Recursos Hídricos.

12. Dessa forma, no contexto sul-americano o Brasil ocupa posição de vanguarda em função de possuir uma política nacional de recursos hídricos, em franco processo de implementação e amadurecimento, e um Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, que privilegia o processo federativo, participativo e descentralizado. Neste sentido, destaca-se o papel do CNRH, que, há 10 anos, cumpre papel fundamental na promoção de ampla discussão de regras para os usos múltiplos da água. Segundo a Lei nº 9.433/97, são competências do CNRH, dentre outras: i) promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários; (ii) analisar propostas de alteração pertinente à recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos; (iii) estabelecer diretrizes complementares para a implementação da política, aplicação de seus instrumentos e atuação do SINGREH. Como instância máxima do SINGREH, cabe, portanto, ao CNRH a definição de diretrizes orientadoras da gestão dos recursos hídricos, incluindo a parte brasileira das águas fronteiriças e transfronteiriças.

13. No âmbito internacional, é caro ao Brasil o princípio consolidado da soberania dos Estados sobre seus recursos naturais, o que engloba os recursos hídricos. Tal princípio vem sendo reiterado em diversos foros internacionais, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Ainda em 1960, a Assembléia Geral da ONU adotou Resolução recomendando que fosse respeitado o direito de todo o Estado de dispor de seus recursos naturais. Dois anos depois, os Estados Membros da ONU adotaram, na Assembléia Geral, a Resolução 1803 (XVII), atinente a “Soberania Permanente sobre Recursos Naturais”, a qual reconhece o “direito inalienável de todos os Estados de dispor livremente de seus respectivos recursos e riquezas naturais, de acordo com seus interesses nacionais.” Tal reconhecimento é reiterado em diversas Resoluções posteriores da Assembléia Geral. A Resolução 2158 (XXI), por exemplo, “confirma que a exploração dos recursos naturais em cada país deve sempre ser conduzida de acordo com suas próprias leis e regulamentos” (parágrafo

operativo 4), bem como contém a seguinte cláusula:

“1. [A Assembléia Geral] reafirma o direito inalienável de todos os países de exercerem soberania permanente sobre seus recursos naturais, no interesse de seu desenvolvimento nacional, em conformidade com o espírito e os princípios da Carta da ONU e como reconhecido na Resolução 1803 (XVII) da Assembléia Geral; ”

14. A mesma ideia foi reiterada na Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano (1972) e em Resoluções posteriores da Assembléia Geral da ONU, como a 35/7 (1980), 36/6 (1981) e a 37/7 (1982), esta última contendo, em seu anexo, a Carta Mundial da Natureza. Em seu preâmbulo, a Carta reconhece a “soberania permanente [dos Estados] sobre seus recursos naturais”. O princípio da soberania dos Estados sobre seus recursos naturais foi incluído, também, em inúmeros tratados, como a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

15. O reconhecimento da soberania dos Estados sobre seus recursos naturais não significa que estes não devam zelar pelo meio ambiente. Ao contrário, a afirmação do referido princípio internacional consiste em resposta a visões ultrapassadas, anteriores à Segunda Guerra Mundial, segundo as quais alguns povos não teriam a capacidade para gerir seus próprios recursos. Esse discurso serviu de justificativa para a colonização de diversas nações, bem como para a exploração das riquezas naturais das regiões colonizadas, sem que houvesse a preocupação com a sustentabilidade de tais práticas. Percebeu-se, portanto, que não seria possível tratar das questões ambientais com base em premissa que subestima a capacidade dos países de cuidar dos recursos naturais sob sua jurisdição. Ao contrário, seria de fundamental importância o estabelecimento de um “pacto global” que, por um lado, reconhecesse a soberania dos Estados sobre seus recursos naturais e, por outro, destacasse as responsabilidades comuns, porém diferenciadas, dos países com relação à proteção do meio ambiente.

16. A Declaração do Rio de Janeiro, resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento de 1992, consiste no pacto global referido supra. O Princípio 2 da referida Declaração ratifica, mais uma vez, a premissa internacional de que os Estados são soberanos sobre seus recursos naturais. A Conferência adotou também um documento que é, ao mesmo tempo, um plano de ação global e um guia para a cooperação internacional na área ambiental, a Agenda 21. Tanto a Declaração do Rio quanto a Agenda 21 foram negociados pelos Governos durante o processo preparatório da Conferência – que incluiu contribuições da sociedade civil – e foram aprovados por unanimidade pelos 172 países presentes, mais de 100 deles representados pelos respectivos Chefes de Estado ou de Governo.

17. Os recursos hídricos são um capítulo relevante da Agenda 21 não só por ser o mais extenso de todos, mas também por tocar ponto de interesse estratégico, especialmente para o Brasil. A Agenda 21 reconheceu “o caráter multissetorial do desenvolvimento dos recursos hídricos no contexto do desenvolvimento socioeconômico, bem como os interesses múltiplos na utilização desses recursos para o abastecimento de água potável e saneamento, agricultura, indústria, desenvolvimento urbano, geração de energia hidroelétrica, pesqueiros de águas interiores, transporte, recreação, manejo de terras baixas e planícies e outras atividades”. O capítulo sobre recursos hídricos abrange sete áreas programáticas que cobrem os aspectos de desenvolvimento e manejo integrado; avaliação; proteção dos recursos hídricos, da qualidade da água e dos ecossistemas aquáticos; abastecimento de água potável e saneamento; água e desenvolvimento urbano sustentável; água para produção sustentável de alimentos e desenvolvimento rural sustentável; e impactos da mudança do clima sobre os recursos hídricos. Dez anos depois, na Rio + 10 (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável), foi aprovado o Plano de Implementação de Johannesburgo, o qual busca trabalhar sobre os avanços obtidos desde a Rio 92 e impulsionar a realização das metas remanescentes. O documento traz, ainda, novas metas e compromissos, inclusive em questões relativas à gestão de recursos hídricos.

18. Os textos supracitados, conquanto não sejam vinculantes, refletem o consenso internacional sobre a matéria dos recursos hídricos. De especial relevância para a presente nota informativa, o parágrafo 18.4 da Agenda 21 menciona que é desejável a cooperação entre os Estados ribeirinhos, tendo em conta os seus interesses e em conformidade com os arranjos já existentes. Nessa linha, o Brasil tem buscado concretizar esforços de cooperação, de modo a privilegiar o diálogo e a aproximação com os países vizinhos com vistas à gestão sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços. Como alguns exemplos, cabe mencionar o Tratado da Bacia do Prata e o Tratado de Cooperação Amazônica. Este último afirma, em seu Artigo V, que as “Partes Contratantes procurarão envidar esforços com vistas à utilização racional dos recursos hídricos”. Já o Tratado da Bacia do Prata prevê, em seu Art. I, a promoção do desenvolvimento harmonioso e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência.

19. O Plano Nacional de Recursos Hídricos conta com Subprograma pertinente à questão das águas transfronteiriças. O Subprograma I.3. - Implementação Prática de Compromissos Internacionais em Corpos de Água Transfronteiriços e Desenvolvimento de Instrumentos de Gestão e de Apoio à Decisão Compartilhada com Países Vizinhos - visa à implementação, no plano nacional, de diretrizes e objetivos que constam de acordos internacionais, com particular interesse na incorporação e compartilhamento de informações consideradas essenciais para a gestão de recursos hídricos transfronteiriços. Tal Subprograma destaca a importância de que o país cumpra

efetivamente os compromissos internacionais - multilaterais, regionais ou bilaterais - relacionados ao uso dos recursos hídricos transfronteiriços, o que pode ser facilitado com a adoção de diretrizes que objetivem a harmonização do avançado sistema de gestão brasileiro com os compromissos internacionais do País nessa matéria. Dessarte, embora seja claro o avanço do arcabouço institucional e legal da gestão de recursos hídricos no Brasil nos últimos anos, torna-se necessário um maior direcionamento a fim de que se cumpra efetivamente os compromissos internacionais relacionados ao uso dos recursos hídricos transfronteiriços.

4. Objetivos

20. Objetivo geral:

- Subsidiar a promoção da gestão integrada de recursos hídricos da parte brasileira de bacias com águas fronteiriças e transfronteiriças, nas diversas escalas, respeitadas as características sociais, econômicas e ambientais de cada região.

21. Objetivos específicos:

- Subsidiar o SINGREH e, em especial, o CNRH, na tomada de decisões quanto às ações de regulação dos recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços em território brasileiro.
- Orientar a progressiva normatização dos instrumentos internos de gestão de recursos hídricos nas bacias hidrográficas com águas fronteiriças e transfronteiriças, conforme as obrigações internacionais.
- Possibilitar a formulação de procedimentos indicativos para a criação e estruturação de comitês de bacias hidrográficas que contenham águas fronteiriças e transfronteiriças.

5. Conclusão

22. O Grupo de Discussão no âmbito da CT realizou o levantamento inicial com vistas a subsidiar a fundamentação e estruturação das diretrizes para a gestão dos recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços, levando em conta as características institucionais e legais do país, bem como as demandas existentes e geradas nas regiões brasileiras com águas transfronteiriças. Para a próxima fase dos trabalhos em estruturação da proposta de diretrizes foi sugerido, na última reunião da CT, a formalização de um Grupo de Trabalho.

23. Para tanto, recomenda-se, para o prosseguimento do processo de elaboração da proposta de diretrizes, a formalização do Grupo de Trabalho com a representação de instituições envolvidas diretamente com a temática. Para tanto, é fundamental que o GT tenha claro as suas funções,

atividades, cronograma, e inicie os trabalhos dando continuidade ao produzido até o momento pelo Grupo de Discussão.

24. Para a elaboração da proposta de diretrizes para a gestão da parte brasileira das bacias com recursos hídricos fronteiraços e transfronteiraços, alguns pontos poderã ser levados em conta:

- O processo de gestão de bacias hidrográficas, em especial na instalação e funcionamento de organismos de bacias, com base, entre outros aspectos, nas recomendações estabelecidas pela Resolução 05/2002 do CNRH - que trata de águas de domínio da União, como orientações para a sua adaptação às bacias com águas transfronteiraças.
- A aplicabilidade da Moção 29 do CNRH (que trata da criação de organismos de bacias, no Rio Grande do Sul, em rios de domínio estadual que são afluentes de rios de domínio da União e que no seu conjunto compreendem águas transfronteiraças) para demais regiões do país.
- O desenho proposto para os Comitês de Coordenação Local (CCL) - como aquele previsto no Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o desenvolvimento sustentável e a gestão integrada da bacia hidrográfica do Rio Apa – em comparação com o desenho proposto na Moção 29, como forma de promover a participação pública prevista na Política Nacional de Recursos Hídricos.
- As possíveis estratégias ou fundamentos da gestão de águas transfronteiraças, que poderão compreender: a) a importância em garantir a qualidade e quantidade das águas necessárias a manutenção da vida, dos ecossistemas, mediante alocação de recursos que promova o desenvolvimento com sustentabilidade; b) a necessidade de permitir que os fundamentos, diretrizes e instrumentos de gestão de recursos hídricos da Política Nacional de Recursos Hídricos sejam adequados para sua efetiva aplicação nas regiões com águas transfronteiraças.

25. Ademais, será importante ter em mente que:

- As diretrizes para a gestão dos recursos hídricos fronteiraços e transfronteiraços deverão atender aos critérios estabelecidos na Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).
- As diretrizes deverão estar em consonância com as obrigações internacionais do Brasil, sobretudo o dever de respeitar a soberania dos Estados sobre seus recursos naturais e o princípio da não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados.
- Assim, ao mesmo tempo em que, conforme a PNRH, a gestão se faz por unidade de planejamento (bacia hidrográfica), as fronteiras do território brasileiro determinam o limite de atuação das diretrizes, cuja estruturação deverá verificar como abordar a sua aplicação em parte de uma unidade de planejamento (sub-bacia ou parte de uma bacia hidrográfica).

26. As diretrizes, outrossim, poderiam ser estruturadas em eixos ou temas considerados agregadores, para o que se sugere examinar as seguintes questões identificadas pelo Grupo de Discussão:

- Funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos em áreas com recursos hídricos fronteiraços e transfronteiraços: como se relacionarão os comitês/CCL Brasil que venham a ser criados por meio de acordos internacionais com o CNRH e com os órgãos gestores estaduais, formuladores e implementadores da PNRH (ANA/SRHU)? Os comitês/CCL

poderão concorrer a vaga no CNRH?

- Gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços: como funcionará o comitê de bacia na sub-bacia ou bacia hidrográfica parcial? Serão obedecidos os critérios da Resolução 05/2000 para criação de comitês de bacia em regiões com águas fronteiriças e transfronteiriças? Qual será a relação entre os comitês de bacias com a Comissão Mista entre países ou a Comissão de Coordenação Local – CCL – prevista na Lagoa Mirim, Quaraí e Apa?
- Aplicação/adaptação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos (Lei 9.433/97) para as regiões com águas fronteiriças e transfronteiriças: quais os critérios que deveriam ser aplicados ou adaptados para as bacias hidrográficas com águas transfronteiriças? Como aplicar os instrumentos (principalmente: sistema de informações, monitoramento, outorga, plano de bacia, enquadramento) em sub-bacias ou porção de bacia hidrográfica?
- Demandas, usos múltiplos e questões setoriais: como tratar o tema de contaminação dos recursos hídricos em regiões com águas transfronteiriças? Como buscar a sustentabilidade do uso dos recursos hídricos em bacias com águas transfronteiriças? Como envolver as instituições responsáveis pelos usos setoriais quando ocorrer demanda ou competição pelo recurso? Como envolver/encaminhar as demandas que se relacionam a municípios, a organismos estaduais relacionadas a usos setoriais (saneamento, uso do solo, aspectos ambientais)?

Participantes do Grupo de Discussão:

Adriana Niemeyer Pires Ferreira – MMA - adriana.ferreira@mma.gov.br

Andréa de Oliveira Germano – CPRM – agermano@pa.cprm.gov.br

Carlos Hugo Suarez Sampaio – MJ – hugo.suarez@mj.gov.br

Jorge Thierry Calazans – ANA – thierry@ana.gov.br

Maitê de Souza Schmitz – MRE – mschmitz@mre.gov.br

Mauri César Barbosa Pereira – Consórcios Intermunicipais – mauri.pereira@terra.com.br

Secretaria: Fabiano Silva (fabiano.silva@mma.gov.br); Guilherme Alves Neto (guilherme.neto@mma.gov.br) – MMA.